

AS DIMENSÕES E MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E O TURISMO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Roberto Barddal

Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Coordenador e professor dos Cursos de Tecnologia em Construção Naval e de Engenharia Industrial-Mecânica (UNIVALI). robertobarddal@univali.br

Anete Alberton

Doutor em Engenharia de Produção pelo Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas (PPGEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). anete@univali.br

Lucila Maria de Souza Campos

Doutor em Engenharia de Produção pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Professor do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas (EPS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). lucila@deps.ufsc.br

Resumo

A atividade turística está intimamente relacionada com o uso do espaço físico, com a interação dos atores sociais locais e ainda mantém uma forte relação com a preservação da natureza. O desenvolvimento sustentável mostra-se como uma alternativa plausível para se alcançar a sustentabilidade, e a atividade turística pode contribuir para este fim de modo eficaz. Este artigo, apresenta uma discussão teórica com objetivo mostrar a interação das dimensões econômica, ambiental, sócio-cultural e institucional da sustentabilidade e o desenvolvimento do turismo. São apresentados conceitos de turismo sustentável e metodologias para mensuração e análise da sustentabilidade. Considerando a importância do setor turístico e seu impacto nas localidades em que está inserido, esta discussão teórica indica que o planejamento do turismo passa necessariamente pela consideração de seu impacto econômico, ambiental, espacial e sócio-cultural, para que se torne sustentável.

Palavras-chave: Dimensões da Sustentabilidade. Métodos de Mensuração da Sustentabilidade. Turismo

Abstract

The tourist activity is closely related to the use of physical space, with the interaction of local social actors. It still maintains a strong relationship with nature preservation. Sustainable

¹ Recebido em 14.07.2009. Aprovado em 29.10.2009. Disponibilizado em 31.08.2010. Avaliado pelo sistema *double blind review*

development is shown as an alternative for achieving sustainability, and tourism can contribute to this goal effectively. This article presents a theoretical discussion with the intent to show the interaction of economic, environmental, socio-cultural and institutional dimensions of sustainability and the development of tourism. It also presents concepts concerning sustainable tourism and methodologies for measurement and analysis of sustainability. Considering the importance of the tourism sector and its impact in the local communities, this theoretical discussion indicates that the tourism planning necessarily involves consideration of its economic, environmental, spatial and socio-cultural impacts, thus becoming sustainable.

Keywords: Sustainability Dimensions. Sustainability Measurement Methodologies. Tourism

1. Introdução

O progresso experimentado pela sociedade industrial moderna neste início de século e de milênio pode ser caracterizado, segundo Dias (2003), por dois fenômenos que ocorreram simultaneamente: a Terceira Revolução Científico-tecnológica e a globalização. Como resultado dos avanços provocados pelas descobertas científicas e técnicas pode-se citar a facilidade de acesso à informação e à comunicação, o que por sua vez, levaram a humanidade ao processo de globalização. Outro aspecto importante, fruto dessa terceira onda do progresso técnico-científico, foi o aumento da produtividade humana, cujos efeitos imediatos foram o aumento da renda do trabalhador, a diminuição da jornada de trabalho e o conseqüente aumento do tempo livre (Dias, 2003). Com mais tempo disponível para lazer, um enorme contingente de pessoas passou a considerar o turismo como uma atividade relacionada ao bem-estar e a qualidade de vida.

O turismo transformou-se numa das mais importantes faces da globalização, contribuindo para estreitar distâncias entre as diversas partes do globo e, ao mesmo tempo, para o aumento de uma consciência global. Diferentes povos, através da atividade turística, passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros (p.14).

Entretanto, para Krippendorf (2000), embora este progresso técnico-científico tenha colocado em andamento a industrialização da economia, tornamo-nos seus reféns. Símbolo de prosperidade, o crescimento econômico esconde conseqüências indesejadas. Segundo ele, o ciclo “mágico” do crescimento defendido pelos neo-economistas, o qual prega que mais produção proporciona mais trabalho – mais trabalho proporciona mais receita – mais receita permite mais consumo – mais consumo necessita de mais produção e assim por diante, embora seja simples, claro e convincente, é falso e mentiroso. Para este autor, as crises econômicas, as crises de crescimento, do trabalho, do meio ambiente, do Estado e dos valores são sinais claros de uma profunda degeneração no funcionamento do sistema adotado pela sociedade industrial.

De acordo com dados fornecidos pela Organização Mundial de Turismo - OMT (2008), as viagens internacionais vêm crescendo continuamente, conforme pode ser visto na Tabela 01.

Tabela 01 - Movimentação de viagens internacionais a partir de 1950

Ano	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2005	2006	2007
Chegadas (milhões)	25.3	69.3	165.8	278.1	439.5	687.0	806.8	842.0	898.0

Fonte: OMT (2008)

O número de chegadas internacionais evoluiu de meros 25 milhões em 1950 para mais de 800 milhões em 2005, o que corresponde a uma taxa média anual de crescimento de 6,5%. Em 2007, de janeiro a abril o número de chegadas foi 6% maior, ou, 15 milhões de viagens a mais do que no mesmo período de 2006.

De acordo com Rezende e Rezende (2005), embora o turismo seja visto como uma importante fonte de geração de emprego e renda, e por isso tem sido bastante valorizado nas estratégias de desenvolvimento de vários países, a sua utilização deve ser cuidadosamente analisada, tendo em vista os graves problemas trazidos pelo turismo de massa e exploratório. Uma vez que a sustentação econômica do turismo está aliada à comercialização contínua de novas paisagens naturais e históricas, vistas aqui como meras mercadorias, a atividade turística torna-se incompatível com a idéia de sustentabilidade (Rodrigues, 1999). Em outras palavras, a natureza passa a ser encarada como matéria-prima do mercado turístico.

Souza, Ferreira e Souza (2005), Rezende e Rezende (2005), Mazaro e Varzin (2005), Falk e Rebouças (2003), Dias (2003), Piñero Verdinelli (2002), OMT (Sancho, 2001), Cooper (2001), Cunha e Cunha (2005), Ruschmann (2000), Ignarra (1999), entre outros, reforçam a noção de que a indústria do turismo é propensa a causar impactos positivos e/ou negativos como, por exemplo, degradação ambiental, aumento do fluxo de turistas, crescimento populacional, aumento no número de empresas implantadas com ou sem fins lucrativos.

Neste sentido, Piñero Verdinelli (2002) adverte sobre a necessidade de se encarar o turismo dentro desta realidade global incontestável cujas conseqüências poderão ter influência direta no seu desenvolvimento. Sugere que como forma de dar sustentabilidade à atividade turística, deve-se buscar caminhos baseados na gestão responsável através do treinamento de gestores dotados de uma visão holística que os torne capazes de entender o papel do turismo dentro do contexto da globalidade e da mudança global.

Uma das prioridades atuais na área de Turismo passa a ser a determinação da vulnerabilidade dos empreendimentos, assim como a resiliência dos ecossistemas onde se deseja implantá-los, sua capacidade de adaptação e suas respostas à mitigação, visando à sustentabilidade local ou regional com um embasamento global (p.18).

Ignarra (1999) aponta que a maior preocupação dos planejadores na atualidade ao tomarem decisões, deve ser focalizada na sustentabilidade do turismo. Para este autor, o crescimento da atividade turística sem a conseqüente degradação ambiental e perda da qualidade de vida, tanto dos habitantes locais quanto dos turistas, depende da definição de um modelo desenvolvimento sustentável. Embora reconheça as dificuldades relacionadas à sustentabilidade turística, Krippendorf (2000) acredita que a solução não seja simplesmente suprimir o turismo. A solução, segundo este autor, seria humanizar o turismo de forma que as suas políticas transponham as fronteiras econômicas e técnicas e abordem outras dimensões igualmente importantes para o desenvolvimento humano. Segundo Falk e Rebouças (2003, p.2) “o turismo não deve ser visto como uma estrutura rígida e limitada ao ambientalismo, ao contrário, deve ser considerado como um modelo adaptável e global, que inclui também fatores socioculturais e econômicos”.

Percebe-se, desta forma, que a atividade turística está intimamente relacionada com o uso do espaço físico, com a interação dos atores sociais locais forte relação com a preservação da natureza (Cunha & Cunha, 2005). Sob este aspecto, Ruschmann (2000, p. 69), afirma:

Enquanto a indústria destrói para produzir, o turismo deve preservar para produzir. A harmonização do turismo com o ambiente é uma mudança na forma de pensar, uma inovação conceitual para superar uma contradição que facilmente acontece entre o turismo destrutivo e a proteção de um turismo que deve ser preservado.

Conforme Rezende e Rezende (2005), os impactos provocados pelo turismo em massa podem ser verificados nos níveis econômico, social, ambiental e cultural. Como forma de

minimizar os efeitos causados, a OMT (Sancho, 2001) propõe um modelo de desenvolvimento econômico que visa melhorar a qualidade de vida e os níveis de rentabilidade econômica das pessoas que vivem e trabalham no local turístico, preservando a natureza e proporcionando uma experiência de melhor qualidade para os visitantes: trata-se do turismo sustentável.

2. Turismo sustentável

O conceito de turismo sustentável parte da premissa de que o desenvolvimento das gerações presentes deve ocorrer sem degradação nem esgotamento dos recursos, garantindo desta forma, o desfrute da atividade turística pelas gerações futuras. Para a Organização dos Estados Americanos – OEA, esta forma de abordagem do turismo deve alcançar o crescimento de tal modo que não esgote o meio ambiente natural e humano e, preserve a cultura da comunidade local. De acordo com o *World Wide Found for Nature – WWF* (1992 *apud* Souza, Ferreira & Souza, 2005), o turismo sustentável deve atender aos seguintes princípios: a) fazer uso dos recursos naturais, sociais e culturais de modo sustentável; b) preservar a diversidade natural, cultural e social; c) dar apoio para as economias locais; d) promover pesquisas e realizar monitoramento; e) minimizar o consumo e evitar o desperdício; f) agregar o turismo ao planejamento estratégico; g) buscar a participação das comunidades locais; h) capacitar os recursos humanos; e, i) praticar um marketing responsável.

A sustentabilidade do turismo é fundamentada por um conjunto mínimo de princípios. No Brasil, de acordo com Falavigna (2004), o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável – CBTS estabeleceu os seguintes princípios que servem de referência nacional para o turismo sustentável: a) respeitar a legislação vigente; b) garantir os direitos das populações locais; c) conservar o ambiente natural e sua biodiversidade; d) considerar o patrimônio cultural e valores locais; e) estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; f) garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; e, g) estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis.

Piñero Verdinelli (2002, p. 21), lembra que “[...] se corretamente administrado, o desenvolvimento do turismo pode contribuir para a diminuição da pobreza, com a revitalização de indústrias tradicionais e para o desenvolvimento de uma consciência preservacionista da herança natural e cultural”. Sendo assim, para que os efeitos negativos do turismo sejam minimizados e os efeitos positivos sejam potencializados, Ruschmann (2000), afirma que torna-se fundamental o planejamento turístico. E para que este planejamento seja legitimado e possa ser implementado, Rezende e Rezende (2005) sustentam que o mesmo deve ser elaborado de forma que as especificidades locais e a comunidade residente sejam consideradas. Para estes autores, só se alcançará uma forma de turismo mais duradouro e menos danoso através de um planejamento adequado que respeite a capacidade de carga e esteja dentro de limites aceitáveis de exploração da atividade. O estabelecimento destes limites, segundo Ruschmann (2000), deve considerar as seguintes dimensões para se alcançar a sustentabilidade no planejamento do desenvolvimento local: a) sustentabilidade ecológica e ambiental; b) sustentabilidade econômica; c) sustentabilidade sociocultural e d) sustentabilidade política institucional.

De acordo com Souza, Ferreira e Souza (2005), a responsabilidade pelo sucesso da implantação de políticas que contemplem o turismo sustentável depende de cooperação e coordenação perfeitas dos setores públicos e privados durante as fases de planejamento e implementação de projetos. Os autores consideram que dentre as empresas do setor privado cabe às empresas ligadas a indústria do turismo a responsabilidade pelas transformações sociais do ambiente onde atuam, de forma que estas preservem a cultura das populações locais e do ambiente natural e fomentem a melhoria dos índices de desenvolvimento humano - IDH, geração de empregos e renda, entre outros.

Entretanto, segundo Cunha e Cunha (2005) para que a sustentabilidade no planejamento do desenvolvimento local seja alcançada, os estudos e pesquisas direcionados para o desenvolvimento do turismo sustentável precisam encontrar meios de avaliar seus impactos positivos e negativos, dimensionando de forma sistêmica as variáveis econômicas, socioculturais e ambientais.

3. As Dimensões da Sustentabilidade e o Turismo

A compreensão mais ampla de desenvolvimento turístico passa, necessariamente, pelas dimensões econômica, ambiental, espacial e sócio-cultural, sendo que a relação destas com o turismo serão descritas a seguir.

3.1. Sustentabilidade econômica e o turismo

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (*United Nations Development Programme – UNDP, 2006*) divulgou no relatório *UNDP-2006 Annual Report* que aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas ao redor do mundo, vivem com menos de US\$ 2,00 por dia. Em face desta verdadeira catástrofe, a *World Tourism Organization – WTO* assegura que o turismo se apresenta como uma ferramenta poderosa capaz de contribuir para a redução da pobreza no mundo. Esta contribuição pode se tornar efetiva, por causa do efeito multiplicador da renda ocasionado pela indústria do turismo. Para Sancho (2001), este efeito se dá em função da interdependência existente entre os diversos setores econômicos: se houver um aumento na demanda de bens ou serviços em determinado setor, haverá um aumento na demanda de bens e serviços em procedentes de outros setores, que são necessários para a produção dos anteriores.

A figura 01 ilustra como se dá o efeito multiplicador da redistribuição de renda em uma região ou país através do aumento de entradas geradas pelo turismo.

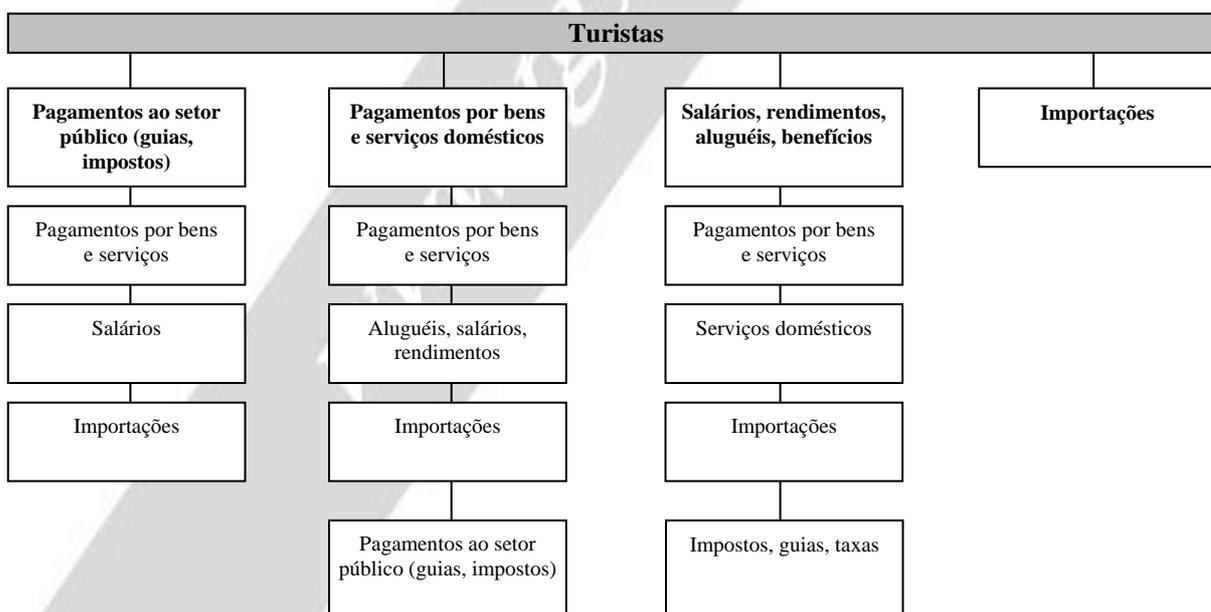


Figura 01 - Efeito multiplicador do turismo
Fonte: *Papers de Turisme* apud Sancho (2001)

Assim como acontece com outros setores da economia, a indústria turística responde a mudanças no nível de demanda final do produto ou serviço turístico. O efeito multiplicador fundamenta-se na interdependência entre diversos setores da economia, de forma que o aumento ou diminuição do consumo de bens ou serviços terá reflexos não apenas no fornecimento de insumos básicos, como também atingirá a força de trabalho, a importação de

produtos e o recolhimento de impostos (Cooper *et al*, 2001; Cunha & Cunha, 2005). O aumento de divisas provenientes da atividade turística, de acordo com Sancho (2001), seja por meio do comércio de bens ou serviços, pagamento de salários ou aluguéis, reforça e impulsiona a economia e ajuda a combater a pobreza.

Durante a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Johannesburg, 2002, a WTO lançou um programa que tem por finalidade cooperar com a redução da pobreza através do turismo sustentável. Denominada ST-EP (*Sustainable Tourism – Eliminating Poverty*), esta iniciativa concentra os seus esforços no sentido de encorajar uma forma de turismo que seja ambiental, social e economicamente sustentável entre aqueles que recebem menos de um dólar por dia. Segundo a WTO, o turismo se apresenta como um dos setores que mais contribuem com receita em 46 dos 49 países menos desenvolvidos, sendo que no ano de 2005, esta indústria gerou cerca de US\$ 203 bilhões de receita nestes países (WTO, 2008).

Além do aumento das receitas, redistribuição de renda e aumento do recebimento de divisas, Ignarra (1999) lista ainda como impactos econômicos positivos advindos da exploração do setor turístico os seguintes benefícios: a geração de empregos; o estímulo a novos investimentos e a geração de impostos. Porém, Sancho (2001) adverte que o desenvolvimento da atividade turística pode levar a alguns custos que devem ser considerados:

- a) Custos de oportunidade: Ao se optar por investir em turismo, renunciam-se as demais possibilidades de investimento, sejam estas efetuadas nas áreas econômica, social, ambiental, cultural, etc. de modo que esta escolha impede o usufruto dos benefícios que as outras opções poderiam proporcionar. Em outras palavras, deve-se valorar os benefícios e os custos provenientes de investimentos realizados no setor turístico e compará-lo com os resultados atingíveis em outros setores da economia.
- b) Custos decorrentes das flutuações da demanda turística: Devido ao caráter tipicamente sazonal do turismo, aquelas atividades econômicas interdependentes sofrerão as conseqüências da flutuação da demanda turística.
- c) Inflação derivada da atividade turística: O aumento da demanda turística por bens e serviços oferecidos por fornecedores, sejam eles diretamente relacionados a atividade turística ou não, pode levar ao aumento dos preços cobrados tanto dos turistas quanto da população local.
- d) Perda de benefícios econômicos potenciais: Quando a maior parte dos investimentos na atividade turística é proveniente de investimentos externos, sendo que o lucro decorrente destes empreendimentos retorna para os locais de origem dos investidores.
- e) Distorções na economia local: São situações derivadas da concorrência que a própria atividade turística pode impingir a outros setores da economia, privando-os, por exemplo, do capital humano e investimentos necessários para o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

3.2. A sustentabilidade ecológica ou ambiental e o turismo

A princípio, toda e qualquer atividade econômica envolve a utilização de recursos e causa impactos no seu entorno. As principais preocupações se concentram, segundo Sancho (2001, p. 227), “[...] no processo de degradação sofrido pelos recursos materiais que são utilizados no desenvolvimento das referidas atividades econômicas e no grau de irreversibilidade desse processo”. Isto também se aplica ao caso da atividade turística. O meio ambiente e o turismo estão intimamente relacionados posto que em muitos casos, o ambiente natural faz parte das atrações turísticas. Sendo assim, há uma preocupação crescente em se avaliar este relacionamento (Ruschmann, 2000; Lickorish & Jenkins, 2000; Cooper *et al*, 2001; Dias, 2003; Cunha & Cunha, 2005;).

Para Cooper *et al* (2001, p. 184), “[...] no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo ou durante o processo turístico”. Estes autores asseveram que não é possível desenvolver o turismo sem que ocorram impactos ambientais, que podem ser, tanto positivos, quanto negativos.

Entre os diversos problemas ocasionados pelo desenvolvimento do turismo, Sancho (2001), assinala os seguintes efeitos negativos sobre o meio ambiente: os impactos estéticos e paisagísticos causados pela poluição arquitetônica; problemas com recolhimento, depósito e tratamento de lixo e esgoto; deficiência nos sistemas de tratamento de água; poluição sonora e atmosférica gerada pela saturação das vias de trânsito e erosão ocasionada por atividades esportivas. Além dos problemas supracitados, Ignarra (1999) adiciona ainda, o derramamento de esgotos nos mares e rios, o que faz com que as águas se tornem impróprias para consumo humano e propícias para o surgimento de inúmeras enfermidades; pesca recreativa intensiva e fora dos períodos ideais e visitação maciça a micro ambientes frágeis.

O esquema proposto por Mathieson e Wall (1992), Figura 02, apresenta as inter-relações entre a atividade turística e os elementos naturais terra, água, flora e fauna e os possíveis impactos negativos (-) e/ou positivos (+) decorrentes deste inter-relacionamento.

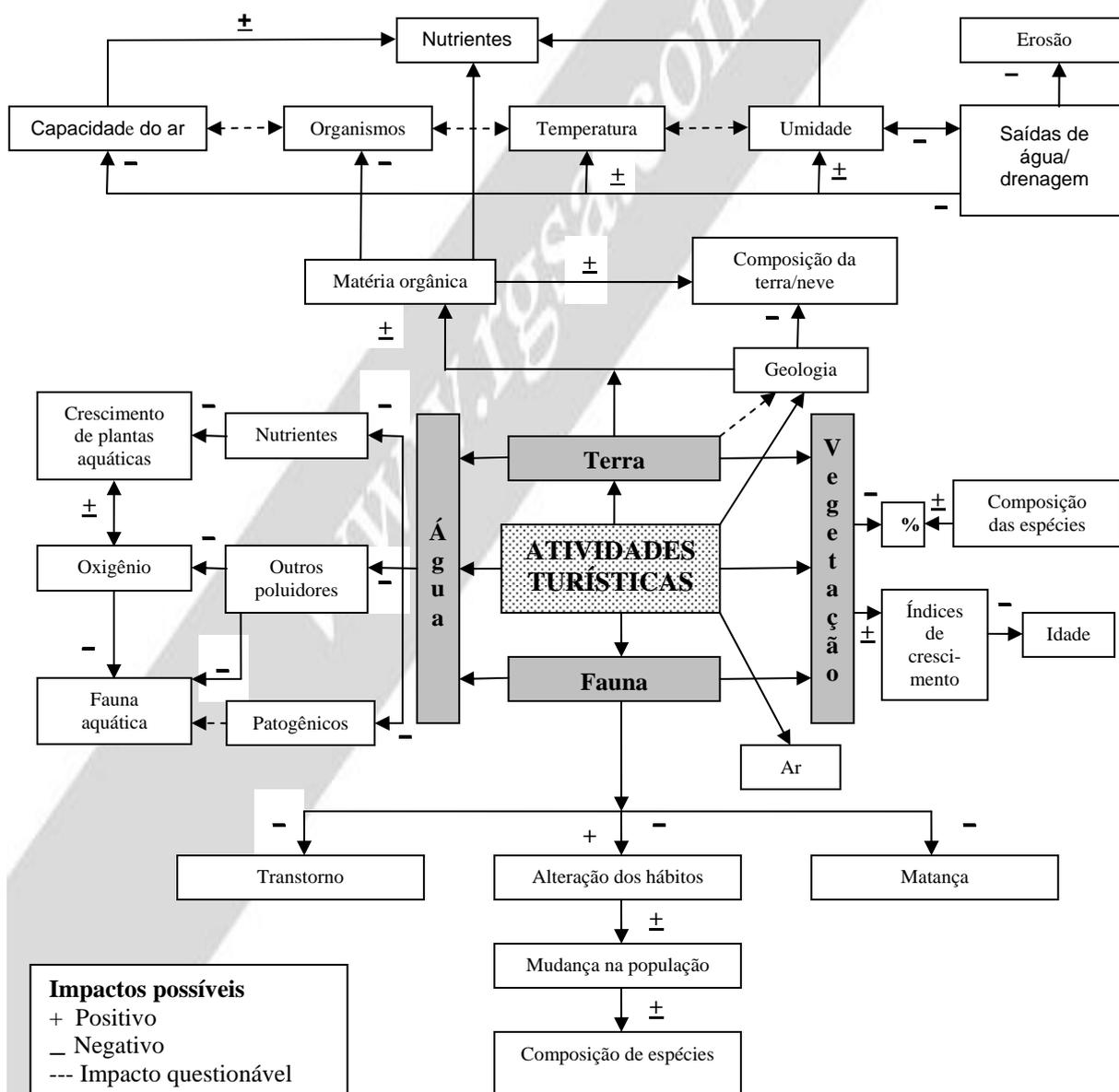


Figura 02 – Turismo e meio ambiente: relação de impactos
Fonte: Mathieson e Wall (1992, p. 131)

O esquema da Figura 02 pode ser exemplificado ao se tomar uma situação hipotética, em que um empreendimento turístico exija a movimentação de terra para a sua implantação. A retirada da matéria orgânica da superfície do solo pode ter como efeito colateral, o empobrecimento do solo, que por sua vez, pode não drenar a água proveniente de chuvas e ocasionar erosão. É interessante notar que qualquer tipo de impacto que se processe sobre os elementos naturais causado pela atividade turística ou não, pode incorrer em conseqüências diretas sobre a população residente e sobre a própria atividade turística (Ruschmann, 2000). Isto reforça a idéia de fragilidade desta atividade em relação a mudanças no seu entorno (Sancho, 2001) e a dependência que o turismo tem do gerenciamento responsável não só dos gestores diretamente ligados ao setor, como também daqueles com que trabalha (Piñero Verdinelli, 2002).

Embora o turismo possa ter efeitos danosos sobre o ambiente natural, esta atividade se bem planejada, pode dar retorno permanente às comunidades locais. Para Sancho (2001), a aprovação de medidas de conservação pode contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do entorno em que acontecem as atividades turísticas. Estas melhorias vão desde a criação de parques naturais que têm como finalidade proteger a flora e a fauna, até a restauração e preservação de edifícios e sítios históricos. Além disso, este autor menciona o papel do turismo como responsável pela introdução gradativa de iniciativas de planejamento por parte das administrações públicas.

Se de um lado se busca medir os impactos do turismo sobre o meio ambiente, de outro, procura-se compreender os efeitos das mudanças climáticas decorrentes da interferência humana na natureza sobre o turismo. Neste sentido, Piñero Verdinelli (2002, p. 17) declara:

Se considerarmos que as áreas mais críticas são regiões de atrativos turísticos, ligados ao ambiente natural, seminatural ou cultural, resultará necessário desenvolver um planejamento estratégico integrado e uma gestão estratégica, baseados em conhecimentos específicos da mudança global.

Assim, a World Tourism Organization (WTO, 2007) está admitindo o fato de que o turismo tem um papel importante no sentido de colaborar com conscientização sobre as conseqüências dos impactos causados pelo setor em relação às mudanças climáticas. Esta organização acredita que é possível alcançar um equilíbrio coerente entre a resposta do setor em relação às mudanças climáticas e a necessidade de haver desenvolvimento econômico, tanto que, em outubro de 2007, promoveu em Davos – Suíça, a Segunda Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas. Para se alcançar o desenvolvimento sustentável no setor turístico, Piñero Verdinelli (2002) afirma que os tomadores de decisão, sejam eles governantes, líderes da sociedade civil ou líderes empresariais, devem agir sinergicamente com o intuito de entender claramente quais são os riscos, vulnerabilidades, sensibilidades e habilidades que possuem suas estruturas socioeconômicas.

3.3.A sustentabilidade espacial e o turismo

A atividade turística depende da combinação de uma série de produtos e serviços para atender as expectativas dos turistas, sendo que toda a experiência turística ocorre num dado momento e num determinado espaço geográfico. Conforme Sancho (2001), este espaço geográfico é um ponto geográfico onde acontece a oferta e de onde flui a demanda turística. A dimensão espacial deve ser considerada devido à importância do espaço geográfico para a atividade turística.

Do ponto de vista da sustentabilidade espacial, o maior problema da ausência de planejamento nestes espaços geográficos, verifica-se na questão relativa ao crescimento

descontrolado, que segundo Ruschmann (2000, p. 163), levam “[...] à descaracterização e à perda da originalidade das destinações que motivam os turistas [...]”. Para a autora, quando este crescimento desordenado originado pelo excesso de demanda e pelo superdimensionamento da oferta ultrapassa os limites de carga física das localidades, os danos ao meio natural e urbano podem ser irrecuperáveis.

A idéia de limite de carga física remete a questão da capacidade de carga da destinação turística. Para Sancho (2001, p. 248) a capacidade de carga total de um destino significa “o máximo uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou a cultura da área”. Logo, a capacidade de carga da destinação turística tem relação com o desenvolvimento sustentável, pois, caso os volumes e intensidades de desenvolvimento turístico sejam ultrapassados, surgirão impactos econômicos, ambientais e socioculturais.

3.4. A sustentabilidade sociocultural e o turismo

Ainda que a incorporação de atividades culturais locais seja mais difícil de se tornar uma realidade, Piñero Verdinelli (2002, p. 21-22) argumenta que “[...] é necessário demonstrar a importância dessa variável e então somá-la aos méritos dos cenários de belezas naturais”. Para a autora, é somente através do reconhecimento e incorporação dos bens culturais que possam existir numa dada região, que se dará sustentabilidade social para os negócios, que invariavelmente dependem da participação dos *stakeholders*.

Corroborando com o posicionamento de Piñero Verdinelli, Husted (2003) afirma que a cultura nacional, regional ou local, exerce influência sobre a capacidade de escolha e implantação de padrões, políticas e programas ambientais, além de ter efeitos sobre a transparência destes processos. Para Husted (2003), como a sustentabilidade é resultado do comportamento do homem, os seus valores podem causar impacto sobre a sustentabilidade ambiental. Dessa forma, aspectos subjetivos e intrínsecos do cidadão comum como a sua distância do poder, o sentimento individualista ou peculiaridades mais masculinas ou femininas, podem influenciar na maneira como os processos são encarados.

No turismo, as diferenças culturais e socioeconômicas se evidenciam a partir do contato entre os turistas e a população residente. E deste encontro surgem impactos tanto positivos quanto negativos. Conforme Ignarra (1999), Cooper *et al* (2001), Cunha e Cunha (2005), Sancho (2001), OMT (1997) é neste momento que os hábitos, costumes e valores de uma localidade turística são apresentados aos turistas. A significância dos impactos dependerá das características e das diferenças socioculturais existentes entre estes grupos. Embora a atividade turística possa ser importante para a economia local, Mathieson e Wall (1992) afirmam que o turismo de massa – aquele composto por grande volume de turistas – não se integra as comunidades receptoras, tanto que Krippendorff (2000, p. 83) afirma que: “Nos nossos dias, em que a viagem se tornou um fenômeno de massa, a lenda do entendimento entre os povos foi definitivamente relegada para a esfera das quimeras”.

Entre os impactos culturais positivos que a atividade turística pode proporcionar para uma localidade ou região turística, Sancho (2001) destaca o estímulo à luta por melhores condições de vida ou de igualdade (efeito demonstração) e o estímulo ao resgate e preservação da cultura, tradições, costumes e patrimônio histórico locais. Contudo, alguns autores apontam vieses em relação a estes aspectos. Segundo Cooper *et al* (2001), Cunha e Cunha (2005), o efeito demonstração pode se apresentar como um aspecto negativo se, por exemplo, as vagas de emprego forem oferecidas a candidatos estrangeiros e não aos residentes, fato que pode aumentar o ressentimento local com relação ao desenvolvimento do turismo. Ignarra (1999) lembra que algumas destinações turísticas especializadas na recepção de turistas podem produzir manifestações culturais estereotipadas ou artificiais. Este mesmo autor cita ainda a

questão da aculturação, que é um processo de modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos, perdendo com a isso a sua própria cultura.

Entretanto, para o bem ou para o mal, o fato é que o turismo pode influenciar e transformar a estrutura social das comunidades receptoras. Um estudo realizado por Mathielson e Wall (1982) busca entender por meio de uma matriz (Figura 03), a aceitação das populações residentes em relação aos benefícios ou malefícios produzidos por meio da atividade turística.

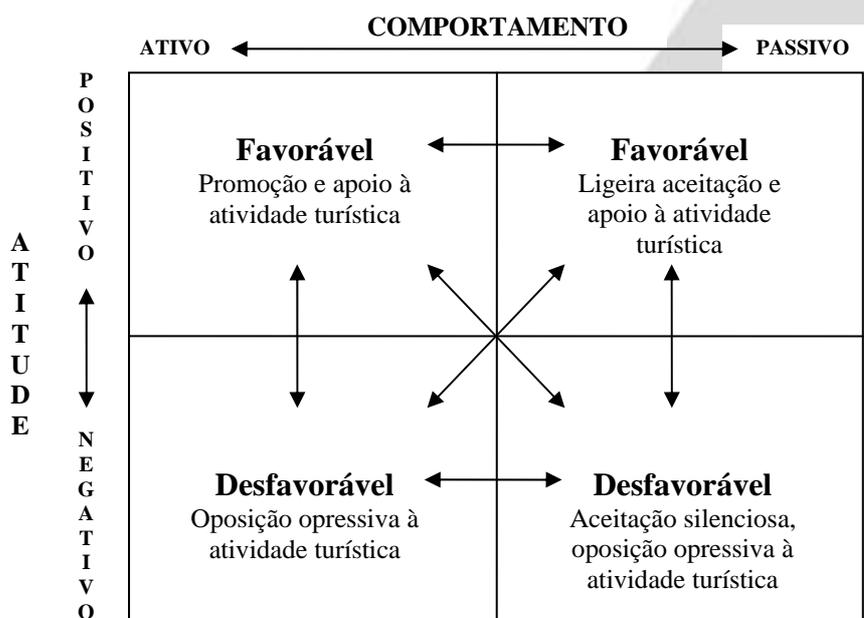


Figura 03 – Aceitação das populações residentes em relação aos benefícios ou malefícios produzidos por meio da atividade turística.

Fonte: Mathielson e Wall, (1982, p. 139)

De acordo com Brown e Kwansa (1999) e Cooper *et al* (2001), Cunha e Cunha (2005), a definição do conceito efeito demonstração está ligada a aceitação por parte das populações residentes em relação aos impactos produzidos pela atividade turística. A maior ou menor aprovação vai depender das mudanças sociais proporcionadas aos habitantes locais. Desta forma, se o turismo trazer, por exemplo, maiores índices de empregabilidade, maior será a aceitação por parte da população residente. Em contrapartida, a procura por imóveis como casas de veraneio pode inflacionar o mercado imobiliário e causar aversão por parte da população local.

De acordo com Brown e Kwansa (1999) e Cooper *et al* (2001), Cunha e Cunha (2005), a definição do conceito efeito demonstração está ligada a aceitação por parte das populações residentes em relação aos impactos produzidos pela atividade turística. A maior ou menor aprovação vai depender das mudanças sociais proporcionadas aos habitantes locais. Desta forma, se o turismo trazer, por exemplo, maiores índices de empregabilidade, maior será a aceitação por parte da população residente.

De maneira geral e resumida a OMT (1997) elaborou um resumo (Quadro 01) que apresenta os impactos positivos e negativos associados à dimensão socioeconômica do turismo.

Fatores associados ao turismo	Impactos positivos	Impactos negativos
O uso da cultura como	Revitalização das artes tradicionais,	Mudança nas atividades tradicionais.

atração turística	festivais e línguas. Acréscimo das culturas tradicionais.	Invasão da privacidade.
Contatos diretos entre turistas e moradores	Ruptura dos estereótipos negativos. Aumento das oportunidades sociais.	Aumento da comercialização. Introdução de doenças. Efeito demonstração.
Mudanças na estrutura econômica e papéis sociais	Maiores oportunidades econômico-sociais. Diminuição de desigualdades sociais.	Conflitos e tensão na comunidade. Perda da linguagem.
Desenvolvimento de infra-estruturas	Aumento das oportunidades de lazer.	Perda de acesso às atividades de recreio e lazer.
Aumento da população de turistas	Melhora das condições sanitárias, educação e melhora da qualidade de vida.	Congestionamento, multidão, aumento da criminalidade.

Quadro 01 – Resumo dos Impactos socioculturais do turismo.

Fonte: OMT, 1997.

Cooper *et al* (2001), Cunha e Cunha (2005), Brown e Kwansa (1999), Mathieson e Wall (1992) citam ainda, alguns impactos socioculturais negativos específicos da atividade turística, tais como prostituição, criminalidade e transmissão de doenças:

a) Prostituição: De acordo com Mathieson e Wall (1992), a prostituição existe a muito mais tempo do que o turismo em massa. Entretanto os autores propõem as seguintes hipóteses para explicar a relação entre sexo e turismo: a) o desenvolvimento turístico cria ambientes e lugares que estimulam a prostituição; b) a distância de seu local de origem, pode servir como desculpa para o turista se desprender da moral que fica resguardada pelo anonimato; e c) o turismo oferece oportunidades econômicas para que os habitantes locais se prostituam. De acordo com Brown e Kwansa (1999), existem evidências que confirmam estes pressupostos.

b) Criminalidade: O turismo muitas vezes serve como catalisador para o aumento da criminalidade, entretanto, Mathieson e Wall (1992) declaram que é difícil estabelecer um vínculo entre o turismo e o crime, pois, o aumento da criminalidade pode estar ligado simplesmente a maior densidade populacional. Para Cooper *et al* (2001), Cunha e Cunha (2005), uma grande quantidade de turistas favorece atividades ilegais como tráfico de drogas, roubos e violência.

c) Transmissão de doenças: Este aspecto se faz presente quando pessoas de diferentes comunidades interagem e, de acordo com Cooper *et al* (2001), Cunha e Cunha (2005), mesmo que não sejam fatais, as doenças podem causar *stress* econômico e social na população anfitriã.

Estes impactos socioculturais negativos da atividade turística estão associados a custos sociais que, segundo Brown e Kwansa (1999), não dispõem de técnicas plenamente desenvolvidas de avaliação. Os custos sociais como o aumento da prostituição, do crime, da destruição ambiental e da aculturação, por exemplo, não são iguais a zero. O objetivo de se realizar estimativas de custos sociais aliados ao turismo é orientar os tomadores de decisão a escolherem projetos de investimento que maximizem os ganhos para a população local. (Brown & Kwansa, 1999). Desta forma, os autores propõem um método de avaliação de projetos turísticos que incorpora os custos e benefícios sociais envolvidos nos métodos tradicionais de avaliação de investimento Taxa Interna de Retorno – TIR e Valor Presente Líquido – VPL.

Brown e Kwansa (1999) propõem que os custos ou benefícios envolvidos em projetos turísticos sejam incorporados aos métodos de avaliação econômico-financeira de projetos por meio de fórmulas modificadas que são apresentadas a seguir:

$$\text{Valor Presente Líquido: } \text{VPL} = \sum_{t=1}^n \frac{(B_t + P_t) - (K_t + S)}{(1+i)^t} - \text{IO}$$

$$\text{Taxa Interna de Retorno: } \text{TIR} = \sum_{t=1}^n \frac{(B_t + P_t) - (K_t + S_t)}{(1 + \text{TIR})^t} - \text{IO} = 0$$

Os componentes destas fórmulas, de acordo com Brown e Kwansa (1999) são: t = tempo investido no projeto; n = duração total do projeto; i = custo de capital; B_t = total dos benefícios sociais ocorridos no período t ; P_t = total dos benefícios excedentes no período t ; K_t = custos adicionais para andamento do projetos no período t ; S_t = total dos custos excedentes de projetos sociais no período t ; IO = investimento inicial.

Ao discutir a fórmula proposta, Brown e Kwansa (1999) atentam que t é a quantidade de tempo (geralmente em anos) que o dinheiro foi investido no projeto; i refere-se ao custo de capital, como por exemplo, a taxa de desconto do Banco Mundial; B_t refere-se as vendas diretas ou receitas acumuladas pelo projeto, como por exemplo, venda de *tickets*, passagens ou gratificações dos clientes e P_t refere-se aos benefícios indiretos trazidos pelo projeto, tais como, fluxos de caixa derivados de transações comerciais e serviços desenvolvidos em consequência do projeto. Deste modo, tanto B_t como P_t representam saídas de caixa ajustadas aos seus correspondentes custos operacionais. Já K_t , de acordo com os autores, são os custos adicionais para andamento do projetos no ano t , que podem ser exemplificados como, adiantamentos pagos durante as negociações, licitações e implementação dos empreendimentos turísticos. E por fim em S_t , onde são incluídas as despesas adicionais como custos legais, ambientais, sociais, etc. que são entendidos como custos não planejados e resultantes da introdução de turistas no local turístico.

Para Brown e Kwansa (1999), os tomadores de decisão devem levar em consideração todos os efeitos advindos da implantação de projetos turísticos, inclusive os custos e benefícios sociais que a atividade possa atrair para si e para o entorno. Devem ser considerados, conforme os autores, impactos como, por exemplo, aumento nos congestionamentos de trânsito, destruição da flora e da fauna, elevação dos níveis de ruídos, erosão do solo ou da faixa de praia. Todos estes efeitos devem ser adicionados algebricamente nas fórmulas modificadas de cálculo de Valor Presente Líquido e Taxa Interna de Retorno, para que com isso seja possível obter uma avaliação mais precisa de projetos turísticos. (Brown & Kwansa, 1999).

4. Métodos de análise do desenvolvimento sustentável

Para Atkinson (2000), embora o desenvolvimento sustentável venha sendo encarado como uma meta a ser alcançada por muitos governos nacionais, a tarefa de se medir a sustentabilidade têm se estendido também a uma cidade, a um setor ou a um negócio. Ao se tratar de organizações, as iniciativas para se buscar indicadores de sustentabilidade têm levado em consideração a avaliação de aspectos ligados às dimensões ambientais, sociais e econômicas das empresas (Veleva & Ellenbecker, 2000).

Com a intenção de listar as iniciativas que buscam mensurar o desempenho da sustentabilidade na atualidade tomou-se como base um relatório realizado por Ranganathan (1998), somado aos métodos identificados na pesquisa de Van Bellen (2002) e à inclusão de outros métodos reconhecidos no meio empresarial, contabilizando setenta e cinco diferentes metodologias dispersas nacional e internacionalmente. Com base neste levantamento, foram selecionadas e descritas sucintamente, a seguir, as metodologias mais utilizadas para avaliação e mensuração da sustentabilidade no Brasil e no mundo, além de métodos específicos de medidas de sustentabilidade no turismo.

4.1. Estudos e métodos de mensuração da sustentabilidade

A seguir serão descritos sucintamente as seguintes iniciativas e métodos de mensuração da sustentabilidade: *Dow Jones Sustainability Index* – DJSI, *Global Reporting Initiative* – GRI, Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE Bovespa, *Ecological Footprint Method*, *Dashboard of Sustainability*, *Barometer of Sustainability* e a ISO 14001.

- ***Dow Jones Sustainability Index* – DJSI:** Criado em 1999 e se auto-intitula como o primeiro indicador de sustentabilidade corporativa de nível global. Tem como finalidade acompanhar o desempenho empresarial de empresas líderes em seus setores de atuação no que diz respeito à sustentabilidade corporativa. Através deste índice, as companhias são avaliadas em função da sua capacidade de criar valor para os acionistas no longo prazo ao abraçarem oportunidades e administrarem riscos derivados das perspectivas de sustentabilidade econômica, social e ambiental. (Dow Jones, 2007).

- ***Global Reporting Initiative* – GRI:** Criada em 1997, surgiu a partir de uma iniciativa conjunta entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma e a Coalition for Environmentally Responsible Economies – CERES. (GRI, 2007). Tem como finalidade elaborar diretrizes para relatórios de sustentabilidade para comunicar os impactos e resultados econômicos, sociais e ambientais decorrentes das atividades empresariais. O conjunto de resultados conhecido como *triple bottom line*, é a base para o Relatório de Sustentabilidade da GRI, que embora a longo prazo pretendam ser aplicáveis a todos os tipos de organizações, atualmente se atêm ao círculo empresarial.

- **Instituto Ethos de Responsabilidade Social:** Criada como uma organização não-governamental tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir os impactos sociais e ambientais decorrentes de seus negócios de maneira socialmente responsável (ETHOS, 2007). Com a finalidade de levantar informações relevantes para a confecção de um Balanço Social (Strobel, 2005) está francamente voltado para as questões sociais visto que o método pretende avaliar a responsabilidade social empresarial. Os indicadores ambientais são vistos como um sub-tema do questionário, e, portanto, não têm peso equivalente as questões sociais. Desta maneira, não deve ser entendida como uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade empresarial como um todo. (Strobel, 2005).

- **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE:** Criado em 1981, tem como objetivos institucionais a contribuição para uma cultura democrática de direitos; o fortalecimento do tecido associativo na sociedade civil e a ampliação da capacidade de incidência nas políticas públicas. Os temas e campos de atuação que o IBASE julga prioritários são: a) o processo Fórum Social Mundial; b) alternativas democráticas à globalização; c) monitoramento de políticas públicas; d) democratização da cidade; e) segurança alimentar; f) economia solidária e g) responsabilidade social e ética nas organizações. (IBASE, 2007).

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE Bovespa:** Criado em 2005 e denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, segundo a BOVESPA seu objetivo é promover as boas práticas no meio empresarial brasileiro e refletir o retorno de uma carteira de ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade e a sustentabilidade empresarial.

- ***Ecological Footprint Method:*** Idealizado por Wackernagel e Rees (1996, p.9), o *Ecological Footprint Method* “é uma ferramenta que permite estimar as exigências de consumo de recursos e a assimilação de resíduos de uma determinada população ou economia em termos de área produtiva correspondente de terra”. Segundo Van Bellen (2002, p. 96), este método se fundamenta no conceito de capacidade de carga, ou seja, a máxima população que pode ser suportada por um sistema.

- ***Dashboard of Sustainability***: Embora tenha sido utilizado inicialmente para comparar as condições de desenvolvimento de nações, o método se presta também para fornecer para os tomadores de decisão, informações relevantes sobre sustentabilidade em nível estadual, municipal ou até mesmo de organizações públicas ou privadas sejam estas de grande ou de pequeno porte. Considera as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento sustentável e recentemente, por recomendação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, foi incluída a dimensão institucional (San, 2006).
- ***Barometer of Sustainability***: Ferramenta elaborada para efetuar a medição e comunicação do progresso em direção a sustentabilidade. O foco se dá sob a perspectiva das dimensões ecológica e social. “O sistema não privilegia nenhum destes dois subsistemas, e um dos elementos considerado central na discussão da ferramenta refere-se à igualdade de tratamento dado às pessoas, à sociedade e aos ecossistemas”. Van Bellen (2002, p. 162). De acordo com Prescott-Allen (1997), este sistema é destinado aos tomadores de decisão que necessitem medir a sustentabilidade de um sistema em nível global, nacional, regional ou global.
- **ISO 14001**: É uma federação global, fundada em 1947, de caráter não-governamental, com sede em Genebra, Suíça. Trata especificamente de equilibrar aspectos relativos à proteção ambiental e à prevenção da poluição às necessidades socioeconômicas das organizações, sendo que aquelas empresas que se adéquam a estas normas, recebem certificações de conformidade (Campos, 2001). Embora amplamente aceitas no meio empresarial, para Veleza e Ellenbecker (2000), as séries ISO 14000 e em particular a ISO 14031, não são suficientemente capazes de avaliar a dimensão ambiental, pois, não abordam todos os aspectos da produção sustentável, não fazem referência a sustentabilidade social e econômica das empresas.

4.2. Modelos de avaliação de impacto do turismo

Na visão de Souza, Ferreira e Souza (2005), o turismo é o segmento do setor terciário que pode dar maior contribuição para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, este ramo da economia carece igualmente, de novas metodologias e critérios que sejam capazes de medir o seu impacto sobre o desenvolvimento local. Assim, conforme Cunha e Cunha (2005, p. 10),

As instituições internacionais vinculadas à atividade de turismo, assim como as instituições de planejamento dos países que têm seu potencial de desenvolvimento vinculado ao turismo, têm direcionado esforços para o desenvolvimento de novas metodologias para avaliar, de forma sistêmica e integrada, as relações entre os fatores econômicos, socioculturais, ambientais e político-institucionais.

Os modelos mais comuns de medidas de impacto do turismo são os modelos quantitativos de impacto econômico. Dentre estes se destacam o modelo multiplicador keynesiano de renda e de emprego e os modelos que medem os efeitos da indústria do turismo sobre a Balança de Pagamento de uma região ou país (Cunha & Cunha, 2005).

Além dos modelos acima citados, Andrade e Van Bellen (2006) destacam as seguintes metodologias que foram desenvolvidas para identificar e mensurar os impactos causados pelo no turismo em seu entorno: Limites de Mudança Aceitável (LAC – *Limits of Acceptable Changes*), Capacidade de Carga Turística (CCT), Processo de Administração da Atividade de Visitante (VAMP – *Visitor Activity Management Process*) e Espectro de Oportunidade de Recreação (ROS – *Recreation Opportunity Spectrum*). Entretanto, de acordo com estes autores, essas metodologias se destinam a identificar e administrar unidades de conservação como, por exemplo, parques. Outra limitação é que tais ferramentas não consideram a capacidade real do ecossistema em suportar impactos e manter-se sustentável para as gerações futuras. Além disso, essas ferramentas se atêm aos limites das áreas em que as atividades turísticas são realizadas.

Desta forma, como bem lembram Andrade e Van Bellen (2006, p.2) “As lacunas deixadas pelos indicadores de capacidade de carga turística incitam a busca de uma metodologia que proponha uma perspectiva alternativa sobre o tratamento dos impactos ambientais decorrentes do turismo”. Assim, a busca pela sustentabilidade exige que se tenha visão holística, de modo que o turismo sustentável só será alcançado quando todas as dimensões correlacionadas forem atendidas.

O Programa de Certificação em Turismo Sustentável – PCTS, embora não venha a se tratar de uma metodologia propriamente dita, é resultante de uma parceria realizada entre o Instituto de Hospitalidade - IH e o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável – CBTS e que conta com o apoio da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX – Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (IH, 2004).

A partir de 2003, esse programa editou a Norma NIH – 54 e contou com ampla participação de toda sociedade para a sua construção. A norma visa difundir e consolidar boas práticas de sustentabilidade com o objetivo de melhorar o desempenho e a competitividade de micro e pequenas empresas do setor (IH, 2004).

Com base nos princípios estabelecidos pelo Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável – CBTS, a Norma NIH – 54 recomenda que os empreendimentos turísticos estabelecidos no país que desejam receber a Certificação em Turismo Sustentável devem atender a uma série de requisitos que são apresentados resumidamente a seguir:

- a) Econômicos: viabilidade econômica do empreendimento; qualidade e satisfação dos clientes; preferir fornecedores engajados no modelo de sustentabilidade; saúde e segurança dos clientes e no trabalho.
- b) Ambientais: preparação e atendimento à emergências; cumprir as exigências legais, conservar e promover a proteção da fauna e da flora; integrar a arquitetura do empreendimento à paisagem e minimizar impactos da implantação; maximizar o aproveitamento da vegetação nativa; planejar e implementar medidas para depositar, reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, sólidos líquidos e gasosos; planejar e implementar medidas para minimizar o consumo de energia, em particular de fontes não-renováveis; conservar e gerir o uso da água; evitar o uso de insumos danosos ao meio-ambiente.
- c) Sócio-culturais: promover a interação com a comunidade local por meio de oferta de trabalho e renda; promoção e divulgação da cultura local; apoio, participação ou implementação de programas de saúde e educação; respeito aos hábitos, direitos e tradições de populações tradicionais amparadas por pesquisas científicas ou técnicos da área.

5. Considerações Finais

De todas as atividades humanas, talvez o turismo, devido as suas características intrínsecas, seja a atividade que tenha maior dependência de políticas de desenvolvimento sustentáveis. É, ao mesmo tempo, uma atividade com potencial para provocar modificações econômicas substanciais na qualidade de vida das populações. É ainda, capaz de proporcionar experiências de desenvolvimento genuinamente sustentáveis, desde que respeitados os seus próprios limites de desenvolvimento econômico e de exploração ambiental e sócio-cultural.

Existe uma forte relação da atividade turística com a preservação do espaço físico, mas a não observância deste aspecto poderá também, acarretar danos econômicos e sociais. Ou seja, é necessário que se incorpore uma inovação conceitual na forma de se pensar em turismo, pois, a sua própria existência, está diretamente ligada a sua relação com o meio-ambiente.

A transição do paradigma do crescimento econômico para o modelo do desenvolvimento sustentável carece de ferramentas para tornar este último, viável, pois, as existentes parecem ser tendenciosas ou incompletas. Segundo Cunha e Cunha (2005, p. 3), “as ações direcionadas para o desenvolvimento do turismo sustentável necessitam apoiar-se em estudos que avaliem

seus impactos positivos e negativos, dimensionando, de forma sistêmica, as variáveis econômica, sociocultural e ambiental”.

O desenvolvimento sustentável pode ser um caminho plausível a ser seguido como forma de corrigir as distorções causadas pelo modelo até então adotado. Para tanto, faz-se necessário, o entendimento preciso de quais são os riscos, vulnerabilidades e sensibilidades dos sistemas naturais e socioeconômicos da atividade turística por meio de metodologias de avaliação aplicadas por gestores comprometidos com o futuro das gerações vindouras.

Buscar o desenvolvimento do turismo, requer necessariamente compreendê-lo e planejá-lo considerando necessariamente suas dimensões econômica, ambiental, espacial e sócio-cultural, para que se torne sustentável.

Referências

Atkinson, G. (2000). Measuring Corporate Sustainability, *Journal of Environmental Planning and Management*, 43(2), 235-252.

Andrade, B. B. & Van Bellen, H. M. (2006) Turismo e Sustentabilidade no Município de Florianópolis: uma avaliação a partir do método da Pegada Ecológica. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD*, Salvador, BA, Brasil, 30.

Brown, D. O. & Kwansa, F. A. (1999). Using IRR and NPV models to evaluate societal costs of tourism projects in developing countries, *International Journal of Hospitality Management*, 18(1), 31-43.

Campos, L. M. de S. (2001) *SGADA – Sistema de gestão e avaliação do desempenho ambiental: uma proposta de implementação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Cooper, C.; Fletcher, J.; Wanhill, S.; Gilbert, D. & Shepherd, R. (2001). *Turismo, princípios e práticas*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.

Cunha, S. K. & Cunha, J. C. (2005). Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do Turismo no desenvolvimento local. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(2), 110-124.

Dias, R. (2003). *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.

DOW JONES. (2007). *Dow Jones Sustainability Index*. Disponível em: <<http://www.sustainability-index.com>>. Acesso em 01 set. 2007.

Falavigna, L. J. (2004). O Turismo Sustentável e o Brasil: Alargando os Horizontes. *Revista Turismo*. Mar/2004. www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/tursustentavel.html.

Falk, C. & Rebouças, G. M. (2003). Uma investigação empírica acerca dos condicionantes da intenção do turista voltar ao Recife: uma ferramenta para a gestão do turismo sustentável. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD*, Atibaia, SP, Brasil, 27.

GRI. Global Reporting Initiative. (2007). *Diretrizes para Relatórios em Sustentabilidade*. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/Home/Language/Portuguese.htm>. Acesso em 01 set. 2007.

Husted, B. (2003). The relationship of work culture to environmental sustainability. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD*, Atibaia, SP, Brasil, 27.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (2007). *Institucional*. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>>. Acesso em 01 out. 2007.

Ignarra, L. R. (1999). *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira.

IH. Instituto de Hospitalidade. (2004). Programa de Certificação em Turismo Sustentável. *Norma Nacional para Meios de Hospedagem: Requisitos para a Sustentabilidade, NIH-54, 2004*. Salvador, BA, Brasil.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. (2007). *Indicadores de Responsabilidade Social – 2007*. Disponível em: http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/Indicadores_2007_PORTUGUES.pdf. Acesso em 01 set. 2007.

Krippendorff, J. (2000). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lickorish, L. & Jenkins, C. L. (2000). *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus.

Mathieson, A. & Wall, G. (1992). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Harlow: Longman.

Mazaro, R. M. & Varzin, G. (2005). Modelo de competitividad para destinos turísticos em el marco de la sostenibilidad. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD*, Brasília, DF, Brasil, 29.

OMT. Organização Mundial de Turismo. (2007). *International Arrivals 1950 – 2005*. Disponível em <www.unwto.org/facts/eng/historical.htm>. Acesso em 31 de jul. 2007.

OMT. Organização Mundial de Turismo. (1997) *Manual técnico nº 1: conceptos, definiciones e clasificaciones para las estadísticas del turismo*. Madrid: 1997.

Piñero Verdinelli, M. E. (out. 2001/mar. 2002). A problemática da mudança global no turismo. *Revista Turismo: Visão e Ação*, 4(10), 09-26.

Prescott-Allen, R. (1997). Barometer of Sustainability. In: B. Moldan; S. Billharz & R. Matravers (Ed.). *Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development*. (Scientific Committee on Problems on the Environment – SCOPE 58). New York: John Wiley & Sons. p.133-137.

Ranganathan, J. (1998). Sustainable Rulers: Measuring Corporate Environmental & Social Performance. *Perspectives, World Resources Institute*. Disponível em: http://www.cndwebzine.hcp.ma/cnd_sii/IMG/pdf/sustainability_rulers.pdf. Acesso em 19 jul. 2009.

Rezende, C. F. & Rezende, D. C. de. (2005). Impactos do turismo: uma análise sob a ótica da população receptora. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD*, Brasília, DF, Brasil, 29.

Rodrigues, A. B. (org.) (1999). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec.

Ruschmann, D. (2000). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 6. ed. Campinas: Papirus.

- San, T. C. (2006). *Estudo da dimensão territorial do PPA: modelo de avaliação de sustentabilidade*. Documento preliminar para discussão. Ministério do Planejamento. Brasília. Disponível em: www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/Planejamento_territorial/Modelo_Avalia_Sustentabilidade.pdf. Acesso em 03 set. 2007.
- Sancho, A. (org.) (2001). *Introdução ao turismo*. OMT. São Paulo: Roca.
- Souza, M. J. B. de; Ferreira, E. & Souza, C. A. B. de. (2005). O setor turístico sob o enfoque do desenvolvimento sustentável: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD*, Brasília, DF, Brasil, 29.
- Strobel, J. S. (2005). *Modelo para mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- UNDP. United Nations Development Programme. (2007). *UNDP 2006 Annual Report*. Disponível em <<http://www.undp.org>>. Acesso em 24 ago. 2007.
- Van Bellen, H. M. V. (2002). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Veleva, V. & Ellenbecker, M. (2000). *A proposal for measuring business sustainability: addressing shortcomings in existing frameworks*. University of Massachusetts Lowell, USA.
- Wackernagel, M. & Rees, W. (1996). *Our Ecological Footprint: Reducing human impact on the Earth*. Canadá, B.C.: New Society Publishers.
- WTO. World Tourism Organization. (2007). *El turismo puede contribuir a las soluciones de las Naciones Unidas al cambio climático*. Disponível em: http://www.unwto.org/media/news/sp/press_det.php?id=1171&idioma=S. Acesso em 28 ago. 2007.
- WTO. World Tourism Organization. (2008). *El turismo mundial supera las expectativas en 2007 - Las llegadas pasan de 800 millones a 900 millones en dos años*. Disponível em: http://www.unwto.org/media/news/sp/press_det.php?id=1665. Acesso em 14 ago. 2008.